

Acta número dois

Aos vinte e sete dias do mês de Abril de dois mil e seis, reuniu no salão nobre da Câmara Municipal em sessão ordinária, a Assembleia Municipal com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto um: Período antes da ordem do dia; -----

Ponto dois: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade municipal e da sua situação financeira; -----

Ponto três: Proposta de aprovação da Carta Educativa; -----

Ponto quatro: Documentos de prestação de contas bem como avaliação e arrolamento de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais do ano de dois mil e cinco; -----

Ponto cinco: Autorização para a contracção de um empréstimo de longo prazo no valor de 442591,00€; -----

Ponto seis: Período aberto ao público. -----

Estiveram presentes os seguintes membros da Assembleia: Aldina de Fátima Monteiro Pereira, Presidente, António José Rodrigues Teixeira, 1º Secretário, Sandra Cristina Barbosa Ferreira, 2º Secretário, Paulo Jorge Peres Teixeira da Silva, Maximiano Pereira Correia, Pedro Filipe de Sousa Ferreira, Eduardo Pereira Carvalho Sampaio, Manuel de Barros, António Maria Lemos Pinto, Manuel José Miranda Ferreira, José Monteiro da Fonseca, Altino de Sousa, Manuel Fernando Mesquita Correia, Nuno Vasco de Almeida Machado, Gabriela Maria Costa Rodrigues Alves, Filipe Teixeira, Firmino Teixeira Várzea, Adalberto José Soeiro de Carvalho Sampaio. Participaram também nesta sessão os seguintes membros da Câmara Municipal: Marco António Peres Teixeira da Silva, Presidente da Câmara Municipal, António Adelino Osório, José Luís Paiva Cortês, Vereadores em regime de permanência, Mário Luís Mendes de Sousa Pinto e Cristina Isabel de Almeida Guedes Major, vereadores. -----

Esteve ausente o deputado Júlio da Fonseca Esteves. -----

O deputado Pedro Filipe de Sousa Ferreira chegou às vinte e uma horas e vinte minutos. -----

A sessão teve início às vinte e uma horas e dez minutos com a leitura da acta da reunião anterior para posterior aprovação. -----

O deputado Nuno Vasco de Almeida Machado pediu a palavra à mesa para propor uma alteração à acta, que consistiria em acrescentar na penúltima página, no antepenúltimo parágrafo que “o Presidente da Câmara informou e saiu juntamente com o Vereador”. -----

A deputada Gabriela Maria Costa Rodrigues Alves pediu também a palavra para dizer que não podia aprovar actas com erros e com várias omissões em relação ao conteúdo. -----

Posta a votação a acta, esta foi aprovada por maioria, com catorze votos a favor, a abstenção dos membros Maria Rosa Freitas da Silva, José Maria Cardoso Carreira, Manuel Pinto de Sousa, Nuno Vasco de Almeida Machado e um voto contra da deputada Gabriela Maria Costa Rodrigues Alves. -----

Seguidamente, a Presidente da Assembleia fez referência à correspondência recebida desde a última sessão. Informou também a Assembleia da justificação das faltas dos deputados Maria Rosa Freitas da Silva e José Maria Cardoso Carreira e do pedido de suspensão de mandato da deputada Ana Maria Lacerda cerqueira Cabral das Neves Lopes, com consequente substituição pelo deputado Manuel Pinto de Sousa, aceite pela Assembleia.-----

No ponto um da ordem de trabalhos, inscreveram-se para intervir os deputados, Nuno Vasco de Almeida Machado, Maximiano Pereira Correia, Manuel de Barros, Eduardo Pereira Carvalho Sampaio e Paulo Jorge Peres Teixeira da Silva. -----

O deputado Nuno Vasco de Almeida Machado apresentou uma proposta à mesa para aprovação de um voto de congratulação pela passagem de mais um aniversário da conquista da democracia por Portugal. -----

O deputado Maximiano Pereira Correia começou por aceitar a proposta do deputado Nuno Vasco de Almeida Machado e, referiu que na última sessão, aquando da discussão e votação da primeira revisão do Orçamento da Receita e de Despesa para dois mil e seis, foi afirmado pelo deputado Júlio da Fonseca Esteves que o documento estava “tecnicamente mal elaborado”. À posteriori, foi averiguada a falta de fundamento da argumentação utilizada, uma vez que se baseava nos decretos-leis n.º 341/83 de 21 de Junho e n.º 226/93, de 22 de Junho que deixaram de vigorar a partir da publicação do decreto-lei n.º 54-A/99 de Fevereiro, sendo este bem explícito relativamente à contabilidade dos empréstimos a curto, médio e longo prazo, como receitas a inscrever no orçamento. -----

De seguida, o deputado Manuel de Barros interveio para perguntar ao Presidente da Câmara das alterações que estão a ocorrer na CP, nomeadamente no horário dos comboios na estação da Rede. -----

O deputado Eduardo Pereira Carvalho Sampaio, no uso da palavra perguntou ao Presidente da Câmara qual a razão para as obras do Centro de Saúde terem parado e qual o ponto de situação do traçado da A4. -----

Dada a palavra ao Presidente da Câmara, este começou por falar acerca dos horários dos comboios, referindo que houve uma reunião com os vários Presidentes de Câmara na Régua e, ao contrário do que falaram, a Câmara de Mesão Frio também esteve representada, apesar do Presidente da Câmara ter estado ausente, por causa de uma outra reunião com o Ministro do Ambiente. Nessa reunião, o representante da CP assumiu que nada iria ser implementado sem serem feitos estudos prévios. -----

O Presidente da Câmara também escreveu para a direcção da CP, e esta informou que a estação da Rede tem comboios a parar de quatro em quatro horas.

Em relação ao Centro de Saúde o Presidente da Câmara proferiu que a paragem das obras é temporária. Foi feito um contacto com o Governo para ampliação do Centro de Saúde, mas o empreiteiro verificou que as fundações tinham de ser mais profundas do que o que estava previsto. Devido a isso, pensou-se na possibilidade de se fazer uma cave e por isso questionou-se o Ministério da Saúde, que até ao momento ainda não enviou qualquer resposta. Na reunião tida em Vila Real foi informado que estavam a resolver o assunto. O Governador Civil é conhecedor da situação e virá visitar o concelho na próxima semana. -----

No que diz respeito ao traçado A4, o Presidente da Câmara proferiu que o Governo aprovou um traçado oposto à opinião de todos os órgãos, com excepção da Associação de Utilizadores. O traçado número dois é universal mas devido às diligências dos responsáveis locais, o Governo apresentou o traçado do IC26 “como forma de resposta para evitar o abandono da região”. O Primeiro-Ministro vai avançar com essa informação durante a visita que vai realizar a Bragança e o Secretário das Obras Públicas, vem brevemente visitar a região. Na opinião do Presidente da Câmara, “esta aprovação é melhor para Mesão Frio, na medida em que o traçado iria passar em túnel e as pessoas iam “fugir” do Concelho, não parando”. O troço do IC26 entre Amarante/Mesão Frio já está garantido, mas o troço de Mesão Frio/Régua ainda vai ser estudado por causa das leis que regem a região do Douro. -----

Em relação à proposta apresentada pelo deputado Nuno Vasco de Almeida Machado e que se anexa à presente acta, a mesa concordou em pleno e pôs a votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

No ponto número dois da ordem de trabalhos, a Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para melhor esclarecimento do assunto e este referiu que, como todos já tinham conhecimento prévio da informação, encontrava-se disponível para qualquer esclarecimento. -----

O deputado Nuno Vasco de Almeida Machado pediu o uso da palavra para proferir que o documento foi realizado com muita “ligeireza”. Referiu também existirem contradições, como é o caso do projecto Multiusos que anteriormente já se tinha dito que estava concluído e nestes documentos encontra-se em execução. Deu ainda os exemplos das obras do Centro de saúde que estão paradas e não é referido no documento e dos gabinetes de Oliveira e Cidadelhe que não há dinheiro para a sua execução mas continuam incluídos no documento. Continuou dizendo que a Câmara é apenas promotora da Comissão de Protecção de Menores mas fala dos processos como sendo seus e isso não é verdade. Afirmou ainda que, apesar de em Setembro o Presidente da Câmara ter prometido cursos de formação, só agora é que se está a fazer os primeiros contactos com o Centro de Formação Profissional de Vila Real. Terminou a sua alocução proferindo que “o Presidente teve uma reunião com o Secretário das Obras públicas, e isso é que devia constar nas actividades da Câmara e não o corte da relva pelos jardineiros, senão fica a dúvida daquilo que o presidente faz”. -----

O deputado Pedro Filipe de Sousa Ferreira fez uso da palavra para esclarecer acerca da insistência no projecto Multiusos, explicando à Assembleia que a execução de um projecto leva o seu tempo, pois é constituído por várias partes, como por exemplo arquitectura e especialidades. Em relação aos cursos de formação, referiu que em Setembro houve uma pré-inscrição para se ter conhecimento do número de interessados, para se poder justificar perante o Instituto de emprego e Formação Profissional. -----

O deputado Eduardo Pereira Carvalho Sampaio proferiu na sua alocução que a Câmara está a ser modesta, pois não fala por exemplo do transporte que realiza dos doentes para o Centro de Saúde. -----

O deputado Paulo Jorge Peres Teixeira da Silva pediu a palavra para dizer que o deputado Nuno Vasco de Almeida Machado interveio com a finalidade de concluir que o Presidente da Câmara não faz nada. -----

O deputado Nuno Vasco de Almeida Machado quis intervir mas a Presidente da Assembleia interrompeu-o para dizer que cada deputado tem o seu tempo de intervenção e não podiam entrar em diálogo. -----

O deputado Paulo Jorge Peres Teixeira da Silva concluiu a sua alocução dizendo que o Presidente da Câmara tem é de dirigir e coordenar o grupo de trabalho. -----

O deputado Nuno Vasco de Almeida Machado pediu de novo a palavra, mas antes de fazer uso dela, a presidente informou-o que só podia intervir mais uma vez. Consciente disso, proferiu alguns esclarecimentos quanto às suas intenções na alocução anterior, revelando que “não quis demonstrar que o Presidente da Câmara não faz nada mas apenas acha que as actividades da Câmara não deviam ser assim descritas”. -----

O deputado Manuel Fernando Mesquita Correia pediu o uso da palavra para dizer que os cursos de formação, numa fase inicial foram pedidos à empresa formadora «Índice Consultores» e agora foi ao Instituto de Emprego e Formação Profissional”. -----

O Presidente da Câmara pediu o uso da palavra para esclarecer a Assembleia acerca dos vários assuntos levantados, começando por dizer que a opinião do deputado Nuno Vasco de Almeida Machado é apenas a sua opinião e que todas as actividades estão descritas para mostrar que os funcionários da câmara não são tão maus, como se fala. Quis reforçar também que muitos aspectos são uma questão de terminologia, porque por exemplo uma obra apesar de estar temporariamente parada, se ainda não terminou continua em execução. Referiu também que a formação tem sido motivo de “campanha vergonhosa” que não se justifica, pois o Concelho de Mesão Frio foi a nível do distrito o que mais fez cursos de formação. Referiu que para as candidaturas terem credibilidade e força, foi pedido o número de pessoas interessadas. Considerou estranho o facto de ainda não ter havido nenhum curso, rejeitando por completo a ideia de possível “boicote” aos cursos para o Concelho de Mesão Frio, pois acha que todos devem ser sempre a favor do Concelho. Em relação ao papel do Presidente da Câmara disse que cada um tem o seu estilo, como há presidentes que não saem dos jornais e o de Mesão Frio não gosta disso. Afirmou “Um bom presidente é um bom gestor de recursos”. -----

No ponto número três da ordem de trabalhos – Proposta de Aprovação da Carta Educativa, a Presidente da Assembleia começou por dizer que a Carta Educativa, tal como refere o art. 10º do Decreto Lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro “é um instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no Concelho, de acordo com as ofertas educativas que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro de desenvolvimento demográfico e sócio económico de cada município”. Referiu que a sua elaboração é da competência da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal a sua aprovação. Informou ainda que a Carta Educativa do Concelho de Mesão Frio tinha merecido o parecer favorável do Conselho Municipal de Educação e a aprovação da Câmara Municipal em reunião realizada em quatro de Março, na escolha do cenário dois

– centralização dos alunos do Concelho na Sede do Concelho a frequentarem um Centro educativo. -----

De seguida deu a palavra ao Presidente da Câmara que referiu que apesar de não ser uma sessão da câmara mas tratando-se de um assunto importante, de forma organizada. -----

O vereador do pelouro António Adelino Osório pediu o uso da palavra para proferir que a Carta Educativa foi aprovada (escolha do segundo cenário) em reunião de Câmara por maioria, com os votos contra da oposição e que ele próprio tinha a pretensão de explicar tal assunto à Assembleia. -----

Tomou novamente a palavra o Presidente da Câmara para referir que o Concelho é pequeno e que rapidamente se chega à Sede do Concelho e por isso acha bem a construção de um Centro Educativo onde se concentrariam todos os alunos, pois a desertificação está a sentir-se em todo o interior. -----

O vereador Mário Luís Mendes de Sousa Pinto pediu à mesa para usar da palavra, procedendo à leitura de um documento para esclarecer o voto contra da oposição. -----

O deputado Paulo Jorge Peres Teixeira da Silva mostrou a sua indignação perante a demora da intervenção do vereador acima referido. -----

O deputado Eduardo Pereira Carvalho Sampaio pediu o uso da palavra para advertir a mesa, para o facto de as alocações não poderem exceder os vinte minutos. -----

A Presidente da Assembleia confirmou que o vereador realmente excedeu o seu tempo mas considerou importante que o vereador concluísse a sua alocação. -----

A deputada Gabriela Maria Costa Rodrigues Alves referiu que “mesmo que demorasse mais tempo não fazia mal, porque era um assunto extremamente importante”. -----

Perante as diversas alocações em simultâneo, a Presidente da Assembleia alertou para o facto de existir um regimento do Órgão e que tinha que ser cumprido por todos. -----

A deputada Gabriela Maria Costa Rodrigues Alves voltou a tomar a palavra, dizendo que o Conselho Municipal de Educação fez uma discussão muito leve sobre o assunto e aproveitou para dizer que o vereador António Adelino Osório devia fazer parte do grupo de trabalho que realizou a Carta Educativa, afirmando que fez muita falta no seu processo de elaboração. -----

O deputado Maximiano Pereira Correia tomou a palavra para dizer que estava a favor da Carta Educativa, na escolha do segundo cenário – concentração dos alunos na sede, num Centro Educativo. Acrescentou ainda tratar-se de um

assunto polémico, onde existem divergências mas há que ter em conta que as questões da educação não são as mesmas de há trinta anos. -----

O deputado Pedro Filipe de Sousa Ferreira pediu o uso da palavra para questionar o vereador Mário Luís Mendes de Sousa Pinto acerca do perfil certo para colaborador na equipa da Carta Educativa, tendo o vereador respondido que deveria ser alguém especialista na educação. -----

O deputado Paulo Jorge Peres Teixeira da Silva quis justificar a sua anterior intervenção, referindo que criticou a intervenção do vereador Mário Luís Mendes de Sousa Pinto não pelo seu conteúdo mas pelo tempo que utilizou. Neste momento, ouviram-se alguns risos e comentários paralelos na Assembleia e o deputado Paulo Jorge Peres Teixeira da Silva mostrou-se indignado com o facto. -----

Devido à confusão que se instalou na Assembleia, a Presidente viu-se obrigada a interromper a sessão por dois minutos. -----

De volta à ordem de trabalhos, o deputado Nuno Vasco de Almeida Machado fez uso da palavra para proferir que não concorda com o Centro Educativo na sede do Concelho, estando-se a discriminar as crianças das outras freguesias do Concelho. -----

O Presidente da Câmara retomou a palavra para referir que a Carta Educativa é um documento novo no país. Demorou cerca de dois anos a ser elaborada a Carta Educativa do Concelho mas foi sempre acompanhada pelo pelouro da Educação e os responsáveis pela Educação votaram a favor. Alertou também para a necessidade do documento ser entregue nos serviços dentro dos prazos estabelecidos para se poder ter os respectivos investimentos. -----

O deputado Nuno Vasco de Almeida Machado retomou a palavra para referir que a Carta Educativa não é totalmente negativa, mas tem pontos que necessitam de ser alterados, comparando-a com o Plano Director Municipal. -----

O deputado Eduardo Pereira Carvalho Sampaio pediu a palavra para dizer que estava incrédulo com os comentários do deputado Nuno Vasco de Almeida Machado, quando referiu que se tinha de alterar a Carta Educativa, pois a Assembleia não tem poderes para isso mas sim para votar a favor ou contra. -----

O Presidente da Câmara quis também esclarecer o deputado Nuno Vasco de Almeida Machado que o Plano Director Municipal é uma questão bem mais complexa que a Carta Educativa. -----

Em defesa da honra, a vereadora Cristina Isabel de Almeida Guedes Major pediu a palavra para dizer que só interveio na alocução dos vereadores, não fazendo qualquer outro comentário, como o deputado Paulo Jorge Peres Teixeira da Silva insinuou. -----

Como os deputados começaram novamente a entrar em diálogo, dificultando o prosseguimento normal dos trabalhos, a sessão foi mais uma vez interrompida por dois minutos. -----

Retomou-se a sessão e posta a votação a Carta Educativa pela Presidente da Assembleia, esta foi aprovada por maioria, com treze votos dos membros do partido social democrata a favor, seis votos contra dos membros eleitos pelo partido socialista com apresentação de declaração de voto e duas abstenções pelos membros Manuel Fernando Mesquita Correia e José Monteiro da Fonseca.

O deputado Nuno Vasco de Almeida Machado sugeriu à mesa que, tendo em conta a hora tardia que se continuasse a sessão no dia seguinte. -----

A mesa expôs a proposta à Assembleia e posta a votação esta foi reprovada por maioria, com quinze votos dos membros do partido social democrata contra, cinco votos dos membros eleitos pelo partido socialista a favor e uma abstenção do deputado Adalberto José Soeiro de Carvalho Sampaio. -----

No ponto número quatro da ordem de trabalhos a Presidente da Assembleia depois de introduzir o assunto, deu a palavra ao Presidente da Câmara que disse subscrever o documento apresentado, estando dentro das leis que o regem. -----

O deputado Nuno Vasco de Almeida Machado pediu a palavra para comentar o Relatório de Gestão. Proferiu que o Município está constantemente a aumentar o endividamento e colocou algumas questões relativas às despesas do Jardim-de-infância junto da zona de lazer e na elaboração do projecto Multiusos perguntou qual era o que estava em execução, se o de especialidades ou o de arquitectura. Por último mostrou a sua admiração por ter havido apenas a baixa de um furador. -----

O Presidente da Câmara pediu a palavra para prestar alguns esclarecimentos, informando que relativamente às questões de carácter técnico não podia dar resposta e como os deputados tiveram antecipadamente os documentos podiam ter tirado as dúvidas nos serviços da Câmara. -----

O vereador Mário Luís Mendes de Sousa Pinto quis intervir mas a Presidente da Assembleia não lhe concedeu a palavra, tendo o Presidente da Câmara continuado a sua alocução dizendo que “é bom o endividamento porque dá para satisfazer os anseios do povo, saneamento básico, água, limpeza pavimentação e quando deixar a Câmara deixa uma dívida, mas também obra feita”. Informou ainda que, se a lei das finanças locais continuar assim, os próximos executivos não poderão fazer nada porque não há fundos. Disse que a Câmara tem vindo a ajudar os munícipes com as despesas mas se os puser a pagar os valores devidos, o passivo da Câmara diminui. -----

Em resposta ao Presidente da Câmara o deputado Nuno Vasco de Almeida Machado disse que os técnicos da Câmara não demonstrariam disponibilidade

para atender os deputados. E a atitude do presidente é reveladora da não discussão do documento, tendo afirmado os deputados da oposição têm de estar calados e só levantarem o braço quando têm que votar”. -----

Postos os documentos à votação, foram aprovados por maioria, com quinze votos dos membros do partido social democrata a favor, cinco votos dos membros eleitos pelo partido socialista contra, com apresentação de declaração de voto, e uma abstenção do deputado Adalberto José Soeiro de Carvalho Sampaio. -----

O deputado Maximiano Pereira Correia quis saber o conteúdo da declaração de voto mas o deputado Nuno Vasco de Almeida Machado dizendo que haveria atitudes de “chacota” preferiu dar à mesa para o fazer. -----

O Presidente da Câmara perguntou ao deputado Nuno Vasco de Almeida Machado como é que ele queria discutir os documentos, se já trazia no bolso a declaração de voto feita. -----

No ponto número cinco da ordem de trabalhos foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para proceder aos devidos esclarecimentos. Este começou por referir que o valor do empréstimo dizia respeito à parte que foi paga no ano anterior e que se destina a “financiar os investimentos em obra no Concelho, para fazer subir a taxa de execução”. -----

O deputado Nuno Vasco de Almeida Machado fez uso da palavra para proferir que “se o empréstimo é para pagar investimentos já feitos, não vai aumentar a taxa de execução”. -----

O deputado Firmino Teixeira Várzea pediu a palavra para dizer “o inflacionamento com que as obras são dadas aos empreiteiros para aguardar mais tempo, é o que está mal”. Comentou ainda acerca das várias obras que a Câmara da Régua tem vindo a realizar e que a Câmara de Mesão Frio deve programar o que anda a fazer para não fazer e logo a seguir desfazer. -----

O deputado Paulo Jorge Peres Teixeira da Silva tomou a palavra para dizer que as obras que o deputado referiu não foram realizadas pela Câmara. -----

O deputado Maximiano Pereira Correia disse ser grave a afirmação do deputado Firmino Teixeira Várzea e o deputado Nuno Vasco de Almeida Machado explicou que o deputado Firmino Teixeira Várzea queria dizer que são os empreiteiros que inflacionam. -----

O Presidente da Câmara esclareceu o deputado Firmino Teixeira Várzea de que o que se está a desfazer não diz respeito à Câmara mas sim ao Instituto das Águas e o que está programado para se fazer vai-se fazendo, porque se estivesse à espera de fazer obra, só quando houvesse dinheiro não se fazia nada. -----

O deputado Firmino Teixeira Várzea referiu que realmente há obra, mas toda a gente sabe que essas obras acarretam despesas altas e a população está envelhecida e a sair do Concelho. -----

O Presidente da respondeu que não se pode atirar as culpas à Câmara dos erros dos governos sucessivos do país. -----

Posto o pedido de autorização à votação, este foi aprovado por maioria, com dezasseis votos a favor e cinco votos contra dos membros eleitos pelo partido socialista, com apresentação de declaração de voto. -----

No período aberto ao público, não houve nenhuma intervenção. -----

Para efeitos imediatos, foi elaborada a minuta desta acta, que, depois de lida foi aprovada por maioria, com dezasseis votos a favor e quatro votos contra, com apresentação de declaração de voto dos deputados Nuno Vasco de Almeida Machado, Gabriela Maria Costa Rodrigues Alves e Firmino Teixeira Várzea. O deputado Filipe Teixeira não participou nesta votação, tendo-se ausentado antes da sessão terminar. -----

E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão quando eram vinte e três horas e quinze minutos. Dela se lavrou a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos elementos da Mesa da Assembleia Municipal. ---

Presidente da Assembleia Municipal:

Primeiro secretário:

Segunda secretária: